

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS/FACED/UFAM E A RESSIGNIFICAÇÃO DE POLÍTICAS DO MEC ¹

Jonise Nunes Santos ²
Ana Cláudia Araújo Diniz ³
Ana Paula Diniz ⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta as reflexões para construção do Projeto e a execução das ações do Programa Residência Pedagógica (2018), fundamentado tanto nos direitos à educação escolar indígena, quanto nas orientações do Novo Ensino Médio e BNCC, voltado aos acadêmicos das Turmas Alto Rio Negro e Alto Solimões, da Graduação Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas. Ao final, foi demonstrada a articulação entre Direitos à Educação Escolar Indígena e à Política de Gestão Territorial, na formação de Gestores/professores/lideranças, dentre outros, das Comunidades/Aldeias para conduzirem seus projetos de futuro/Itinerários Formativos, conforme “O Bem Viver” de cada povo.

Palavras-chave: Formação de Professores Indígenas. Programa Residência Pedagógica. Programa Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas.

INTRODUÇÃO

O direito à formação diferenciada de professores indígenas é assegurando a partir de 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007), que elencou mais de 40 fatores necessários para conclusão exitosa da escolaridade (não apenas de indígenas), de acordo com a especificidade de cada região (SANTOS, 2014). Assim, é criado o Programa de Licenciaturas Indígenas – PROLIND, voltado à formação de Professores Indígenas, para atender a demanda do Ensino Fundamental – Anos Finais - e Ensino Médio nas aldeias, onde era (ainda é) ofertado apenas os anos Iniciais do Ensino Fundamental.

¹ O trabalho é resultado das ações do Programa Residência Pedagógica, financiado pela CAPES.

² Doutora pelo Curso de Letras – Estudos Linguístico, Universidade Federal do Pará. jonise@ufam.edu.br

³ Mestre pelo Curso de Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco. ana_adiniz@hotmail.com;

⁴ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD. pauladinizfernandes@gmail.com

Conforme relata Santos (2021), a Faculdade de Educação – FAGED, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, teve a proposta para discussão, criação e oferta de curso aprovada, criando, assim, a graduação Formação de Professores Indígenas – FPI, cujo objetivo geral é formar docentes em perspectiva interdisciplinar e intercultural, assim, no terceiro ano do curso, a turma de alunos é dividida em áreas de conhecimento: Ciências Exatas e Biológicas, Ciências Humanas e Sociais; Letras e Artes.

Porém, a especificidade dos cursos, assim como de outros direitos indígenas para escolarização indígena, a partir de 2016, não têm sido considerados na definição de políticas, a exemplo da imposição da adoção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e das orientações do Novo Ensino Médio, que demandam a definição de “Itinerários Formativos” às escolas indígenas, argumentando que as escolas receberão recurso, somente a partir da adesão às novas orientações. Assim, o objetivo deste texto é descrever a elaboração do Projeto do PRP, contemplando tanto os direitos à educação escolar indígena, quanto as orientações do Novo Ensino Médio e BNCC.

Nesse contexto, é publicado o primeiro Edital do Programa Residência Pedagógica – PRP (BRASIL, 2018), configurando-se, por um lado, possibilidade de bolsas aos acadêmicos, e, por outro, dúvida sobre qual proposta submeter, diante do contexto político educacional, que ignora os direitos específicos para escolarização e formação de docentes indígenas, desencadeando reflexões sobre os direitos indígenas.

Consequentemente, define-se como elemento central, para proposta de Projeto ao edital PRP, a terra, base fundamental para sobrevivência e manutenção dos povos, assim, encontra-se, na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, - PNGATI “solo fértil” para pensar outras possibilidades pedagógicas, que poderiam ser vivenciadas no âmbito do PRP

PROGRAMA RP E INSTRUMENTOS DA PNGATI

Conforme o Parecer nº 013/2012 (BRASIL, 2012, p. 22), a ação docente deverá valorizar “[...] os saberes, a oralidade e a história de cada povo”, da aldeia na qual está a

escola, dialogando “[...] com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas”, tendo como centro “[...] os projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas, contemplando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a sustentabilidade das comunidades”, considerando que, mesmo sendo de um mesmo povo, em uma mesma região, cada aldeia possui suas relações sociais próprias, únicas.

Nesse sentido, a PNGATI (BRASIL, 2012, p. 03), que objetiva “[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas”, assegurando “[...] a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural”, alicerçasse, para gestão territorial e ambiental, nas ferramentas etnomapeamento e etnozoneamento, instrumentos de mapeamento e planejamento participativo.

Ao identificar a vinculação da PNGATI (BRASIL, 2012) com a escolarização indígena, visualiza-se, nas ferramentas, a base para as ações do Projeto do edital do PRP, a ser submetido, considerando que tais instrumentos – etnomapeamento e etnozoneamento - contribuiriam para sistematização de projetos societários das aldeias dos acadêmicos, potenciais bolsistas do PRP, além de indicar potenciais Itinerários Formativos, conforme a demanda de cada aldeia, observando o cumprimento dos Princípios da Educação Escolar Indígena tanto na formação dos acadêmicos quanto na prática, durante as oficinas de etnomapeamento e etnozoneamento, já que é atividade comunitária, específica, diferenciada, intercultural crítica, realizada na língua do povo, caso, seja falante de línguas indígenas.

Assim, após aprovação do Projeto do PRP, foram realizados planejamentos e oficinas para formação de preceptores e formadores, seguidas de oficinas de formação sobre as ferramentas da PNGATI e de Sequência Didática com os acadêmicos indígenas, para reaplicar as ações nas aldeias e, assim, indicarem possíveis Itinerários Formativos, Específicos e Diferenciados, para oferta no “Novo” Ensino Médio, quando as Secretarias de Educação Estadual exigirem a implantação do novo modelo.

Considerando que, durante as oficinas de etnomapeamento e etnozoneamento, a presença de todos os membros da comunidade é essencial para descrever e analisar aspectos, do passado e do presente, sobre o Território, têm-se, então, as narrativas, conhecimentos e reflexões de todos os membros, apontando desafios e fortalezas do povo, indicando, dessa forma, aspectos específicos e diferenciados, que devem ser trabalhados na escola. É indicando, também, nas discussões das oficinas, a demanda por potenciais formações para contribuir na materialização dos projetos societários.

O objetivo da atividade, além de cumprir o princípio do comunitarismo, é reunir as gerações para refletir sobre as alterações territoriais, sociais, históricas, dentre outras demandas que são pautas das discussões dentro do Movimento Indígena. Por fim, toda discussão é feita em língua materna. Porém, se a língua indígena não for mais presente, as oficinas caracterizam-se como momento para refletir sobre o lugar da língua indígena no processo de resistência e fortalecimento da identidade indígena.

Na versão do PRP/2018, atendemos as turmas Alto Rio Negro e Alto Solimões. Não foi possível realizar as atividades finais em virtude da Pandemia Covid-19. Porém, durante o período remoto, em 2020 e 2021, partimos das reflexões iniciadas em 2018, para ajustarmos e desenvolvermos ações de Extensão e Ensino

CONSIDERAÇÕES

Apesar dos poucos recursos e dos imprevistos com a Pandemia COVID-19, foi possível articulação com outros entes federados para que o trabalho não paralisasse. Porém, as ações poderiam ser melhores se possuíssemos os recursos necessários, que possibilitariam melhor formação para os bolsistas. No que se refere a conjugação de programas de diferentes Ministérios, confirma-se a conjugação de Direitos à Educação Escolar Indígena à Política de Gestão Territorial, para formar Gestores, professores/lideranças e outros membros das aldeias para gerenciarem seus projetos de futuro/ Itinerários Formativos, conforme “O Bem Viver” de cada povo.

É viável, também, utilizar a mesma prática em formações continuadas de Extensão, com professores que não estão no ensino superior, como ocorreu com Ação Saberes Indígenas na Escola, em 2020, caracterizando-se um desdobramento e aperfeiçoamento das reflexões empreendidas, a partir de 2018, no PRP. A prática tem sido utilizada ainda no âmbito do Ensino, nas disciplinas Estágio II, Oficina V e Pesquisa na área Letras e Artes da graduação FPI, partindo da oferta da formação de etnomapeamento, etnozoneamento e inserindo o Mapeamento linguístico de cada aldeia.

O uso das ferramentas da PNGATI, na formação, atinge muitas aldeias que ainda não foram atendidas com ações para gestão territorial, dando direito a voz, quando, em muitas ações são apenas ouvintes, tendo como consequência o fracasso dos projetos. Porém, faz-se necessário recurso para realização de mais formações e assessoramento às ações. As oficinas deram voz à Pedagogia/Saberes/Ciência Indígena, reafirmando que os povos indígenas podem monitorar e gerir seus territórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Brasília, 2012.

BRASIL. **Parecer nº 13, de 10 de maio de 2012.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2012.

BRASIL. **Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018.** Institui o Programa Residência Pedagógica. Brasília, 2018.

BRASIL. **Edital Capes nº 6/2018.** Residência Pedagógica. Brasília, 2018.

SANTOS, Jonise Nunes; PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto. **Educação Escolar Indígena em Manaus (2005-2011).** Manaus: Valer/FAPEAM, 2016.

SANTOS, Jonise Nunes. **Políticas Linguísticas e Docência Indígena no estado do Amazonas.** 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Letras. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.